



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2021

### 1. Formação Advocacy Internacional em Direitos Humanos com RPU e Agenda 2030



O curso online percorreu sobre os mecanismos da Revisão Periódica Universal (RPU) e da Agenda 2030 (ODS) para entidades e movimentos da sociedade civil de todo território brasileiro. Sendo assim, este visou, além de oferecer um panorama sobre tais mecanismos internacionais, apresentar possibilidades de atuação do *advocacy* internacional para a instituição/movimento participante. Dessa forma, as/os participantes foram convidados a relacionar a atuação da entidade pertencente aos direitos humanos, à RPU e aos ODS, além participarem de uma simulação de avaliação de uma recomendação em coletivo.

Tal formação foi realizada em 3 módulos e disponibilizada pela [Plataforma EducarDH](#). Ao longo de 2021, foram realizadas 4 edições da formação, abrangendo as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte do país. Assim, foi possível alcançar 95 defensoras(es) de direitos humanos, além de outras 168 pessoas que tiveram acesso aos conhecimentos do curso pela multiplicação realizada pelas(os) participantes.

Dentro destas edições foram organizadas 4 edições de mesas redondas com Embaixadas, a fim de aproximar as entidades e movimentos sociais destes atores estratégicos do *advocacy* internacional.



## 2. Formação ODS e Sistemas de Justiça



Esta formação online teve o objetivo de oferecer uma capacitação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), possibilitando a troca de experiências entre agentes implementadores de tal mecanismo, assim como a facilitação do compartilhamento de boas práticas. Dessa forma, pretendeu-se auxiliar na ampliação dos projetos de implementação da Agenda 2030.

Com isso, ao longo de 4 semanas, o curso propôs apresentar o que são e quais são os ODS; identificar a relação entre os ODS e a atuação do Sistema de Justiça, além de refletir sobre a implementação do mecanismo por ele. A formação, ainda, sugeriu mapear cases de implementação dos ODS no Sistema de Justiça e identificar os diferentes desafios de implementação dos ODS no Brasil, através da troca de ideias e experiências entre diferentes implementadores, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/ONU, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Sociedade Civil.

Esta primeira edição da formação foi realizada de forma virtual, através da Plataforma EducardH e com encontros síncronos pelo Zoom. Participaram dela 40 agentes do sistema de justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina).



### 3. Coordenação do Coletivo RPU Brasil

COLETIVO

RPU

BRASIL

O [Coletivo RPU Brasil](#) é uma coalizão composta por organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2018, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas. Desde a criação, o IDDH atua coordenando suas atividades.

Neste ano de 2021, o Coletivo RPU organizou-se em grupos para a elaboração de 10 relatórios temáticos a serem enviados em março de 2022, no formato de Submissão Conjunta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, enquanto relatório paralelo de sociedade civil para assistir ao Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal em sua 41ª Sessão (out/nov 2022), 4º ciclo do Brasil.

Além disso, as organizações membros do Coletivo RPU também participaram ativamente das Audiências Públicas do Observatório Parlamentar da RPU no CDHM para integrar a agenda de atividades da Comissão de DH e Minorias, nas seguintes temáticas: Empresas e DH, Povos indígenas, Trabalho e redução da pobreza/desigualdade e Direito à manifestação e organização.

Por fim, em parceria com o Coletivo, o IDDH realizou o [Edital Olhares do Brasil](#) com o objetivo de divulgar artistas brasileiras/os que abordam temas relacionados a direitos humanos em suas obras. Assim, as obras selecionadas estamparão a capa dos 10 relatórios produzidos do Coletivo. Este projeto recebeu 98 inscrições, tornando-se visível a pluralidade de olhares e diversidade artística que contempla uma temática tão sensível e crítica ao país.



Para mais informações sobre o Coletivo RPU Brasil, [acesse a Plataforma RPU, aqui.](#)



#### 4. Participação em Sessões Regulares Conselho DH

Durante o ano o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Diante disso, levantou pautas, durante a 46ª sessão (fevereiro/março 2021) como, por exemplo, a [violência sistemática contra mulheres](#) que defendem direitos humanos, em especial as que ocupam cargos eletivos; [a importância da educação em direitos humanos](#) especialmente em tempos de pandemia e a busca por [informações fidedignas sobre a situação da pandemia no Brasil](#). Em paralelo a sessão, a sociedade civil organizou-se para demonstrar repúdio à [não adesão do Brasil à declaração conjunta de 63 Estados com vistas a reconhecer o direito a um meio ambiente sustentável](#) e organizou uma [Nota Pública](#) sobre a manifestação do chanceler Ernesto Araújo e a Ministra da Família e Direitos Humanos, Damara Alves, em nome do Estado brasileiro sobre a situação pandêmica no Brasil. Na 47ª sessão, apresentou a manifestação por vídeo (*vídeo statement*) sobre a realidade da pandemia no país que motivou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a postura do Governo Federal contra o enfrentamento da Covid-19, além de pedir junto ao Conselho para que todos os países incluam uma perspectiva intercultural na educação de jovens, para tornar possível o pleno desenvolvimento humano, parte essencial do direito à educação.

O IDDH também co-patrocinou a manifestação escrita (*written statement*) enviado pela organização New Humanity sobre o direito à educação e a sua importância nos dias atuais e a manifestação por vídeo (*vídeo statement*) enviado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) sobre a extrema pobreza.

Por fim, na 48ª sessão, o IDDH co-patrocinou a manifestação escrita (*written statement*) enviado pela Soka Gakkai International, destacando a necessidade do fornecimento de recursos adequados pelo Estado para garantir o bom cumprimento e implementação da Educação em Direitos Humanos; a manifestação por vídeo (*vídeo statement*) entregue pelo Centre Catholique International de Genève (CCIG), para chamar atenção do Conselho a fim de tornar o mecanismo da RPU mais acessível a organizações de nível local, que não são experts na temática e a manifestação oral (*oral statement*), entregue





pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário, destacando a necessidade do reconhecimento ao direito ao meio-ambiente saudável.

## 5. Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH

Em 2021 o IDDH lançou o Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH. A elaboração deste material parte da importância de ampliar o conhecimento e compartilhar informações sobre as incidências que estão sendo realizadas pelas organizações brasileiras no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). Dessa forma, ele visa disseminar os esforços realizados e ampliar a visibilidade das entidades que fazem incidência internacional, a fim de fortalecer a participação cívica em tais espaços.

Para isso, o documento contempla a atuação da sociedade civil brasileira em cada sessão regular do CDH/ONU. Assim, o IDDH convida as/os defensoras/es a conhecer, fortalecer e ampliar tais atuações para que seja possível promover e proteger os direitos humanos no país.

No ano de 2021, foram realizadas duas edições do Boletim, as quais abordaram a 47ª e 48ª Sessões do CDH/ONU.



Ficou interessada/o? Para receber o Boletim, inscreva-se [aqui](#).



## 6. Desenvolvimento Plataforma Recomendações de DH



Neste ano o IDDH iniciou o desenvolvimento da Plataforma IndexDH, que tem o objetivo de tornar acessível a busca por recomendações internacionais indicadas ao Brasil para qualquer pessoa que tenha interesse em acompanhar a situação dos direitos humanos no país. Ela contará com as recomendações indicadas nos principais mecanismos de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU): a Revisão Periódica Universal (RPU), os Procedimentos Especiais e os Órgãos de Tratados.

A fim de concretizá-la, foram realizadas, no decorrer de 2021, pesquisas para a estruturação do sistema de indexação da plataforma, reuniões com especialistas de mecanismos da ONU (Comitês de Tratado, Grupos de Trabalho, Procedimentos Especiais, CNDH, ACNUDH, etc), duas oficinas com especialistas em advocacy internacional da sociedade civil e pesquisas para levantamento dos perfis de defensoras/es que poderão utilizar a ferramenta futuramente.

## 7. Reunião Estratégica para elaboração de Relatórios da RPU



Tratou-se de momento formativo e de implementação do *advocacy* internacional. Foi oferecida para as/os participantes das formações de advocacy realizadas ao longo de 2020 e 2021 e teve o objetivo de orientar a elaboração de relatórios sobre as recomendações da RPU



feitas ao Brasil durante o 3º ciclo do mecanismo, as quais também servirão de base para a revisão do país no 4º ciclo.

Além de orientar a elaboração dos documentos e compartilhar a metodologia, o IDDH disponibilizou a tradução de cinco relatórios conjuntos, sendo um para cada região do Brasil. Os relatórios elaborados serão enviados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os DH, em março de 2022.

Pela Plataforma EducarDH foi possível disponibilizar materiais de referência, para consulta, modelos para elaboração dos seus relatórios, entre outros, para as/os participantes da Reunião.

## 8. Formação Advocacy ONU: curso básico



Esta formação online visou oferecer para representantes da Sociedade Civil conhecimento teórico-prático básico sobre os principais mecanismos de *Advocacy* Internacional em Direitos Humanos do Sistema ONU, além de fortalecer a rede de incidência para atuar neste. Assim, abordou-se conteúdos sobre Conselho de Direitos Humanos, a Revisão Periódica Universal (RPU), os Comitês de Tratado e os Procedimentos Especiais.

O curso estendeu-se por 4 semanas, através da Plataforma EducarDH, e ocorreu em promoção da Plataforma Dhesca, tendo como participantes desta edição 46 pessoas representantes de entidades filiadas e parceiras da Dhesca.

Ao final da formação, as/os participantes conseguiram aproximar-se dos mecanismos e órgãos de defesa dos Direitos Humanos do Sistema ONU; identificar quais as especificidades e diferenças de cada um destes mecanismos; refletir sobre as possibilidades de *Advocacy* com estes mecanismos do ponto de vista da Sociedade Civil; e exercitar o uso estratégico desses



mecanismos, através de uma simulação de atuação coletiva com um dos mecanismos apresentados. Segue depoimentos das/os participantes sobre a formação:

*“Gostei muito do curso e do conteúdo que foi passado, permitiu termos um panorama interessante das características e possibilidades de atuação na ONU. Foi muito bacana”.*

- L. C. S

*“Muito obrigada pela disponibilidade, acolhida e pelos ricos conteúdos apresentados e disponibilizados! Animada com tudo que aprendi e ávida para multiplicar esses conhecimentos na atuação cotidiana da Relatoria da Plataforma DHESCA e junto às OSCs e Movimentos Sociais!”*

- I. M. S. O

## **9. Reunião sobre *Follow-up/Seguimiento* de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul - Coletivo RPU América do Sul**

**REUNIÃO SOBRE FOLLOW-UP / SEGUIMIENTO DE RECOMENDAÇÕES  
DA RPU: SOCIEDADE CIVIL DA AMÉRICA DO SUL**

**REUNIÓN/TALLER DE SEGUIMIENTO DE LAS RECOMENDACIONES  
DEL EPU: SOCIEDAD CIVIL SUDAMERICANA**



A fim de ampliar a articulação da sociedade civil, em âmbito regional, o IDDH e a FES Brasil organizaram, em novembro, uma reunião para troca de experiências com mais de 20 entidades da sociedade civil da América do Sul que atuam com *follow-up/seguimiento* do mecanismo da revisão periódica universal, a RPU. Nesta oportunidade, foi estabelecido o *Colectivo EPU Sudamericano* que publicou, durante a Consulta Regional, sua primeira nota coletiva apoiando a criação de mecanismos nacionais de seguimento que respeitem os princípios democráticos da transparência, acesso à informação e participação social.



## 10. Edital ECOAR



Finalizado no dia 10 de dezembro de 2021, o [Edital ECOAR](#) propôs selecionar 5 defensoras/es de Direitos Humanos, um/a de cada região do país, para vivenciarem atividades práticas de *advocacy* durante a 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Tal experiência acontecerá em março de 2022, em Genebra, e envolverá atividades de acompanhamento das reuniões da Sessão (debates gerais, diálogos interativos e painéis), participação em eventos paralelos, encontros e diálogos com outras ONGs e Missões Permanentes, por exemplo.

Para participar desta ação, foi necessário ter realizado alguma formação junto ao IDDH, cumprir os pré-requisitos de participação e preencher o formulário de inscrição. A partir disso, os participantes elaboraram, em primeira etapa, um projeto de incidência e, em segunda etapa, um vídeo de apresentação. Tais envios foram contemplados pela banca avaliadora do Edital.